Ementa **Responde à CGRH do Ministério do Planejamento quanto à aplicação do art. 36, inciso I da Lei nº 8.112/90 que trata de Remoção de servidor.**

PROCESSO S/ Nº 03111.011710/2001-95

INTERESSADO : Coordenação Geral de Recursos Humanos/MP

ASSUNTO : Remoção

D E S P A C H O

Por intermédio do Despacho exarado às fls. 4/7 do presente processo, o Senhor Coordenador Geral de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MP solicita pronunciamento da Secretaria de Recursos Humanos/MP, quanto à aplicação do art. 36, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, ocupante do cargo de Analista de Finanças e Controle da carreira de Finanças e Controle, no exercício de cargo em comissão na Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças para a Gerência Regional de Patrimônio da União no Ceará.

2. Antes de entrar no mérito da questão é preciso trazer à colação o art. 36, inciso I da Lei nº 8.112, de 1990, assim redigido:

Art. 36. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

Parágrafo único Para fins do disposto neste artigo, entende-se por modalidades de remoção:

I - de ofício, no interesse da Administração;

II - a pedido, a critério da Administração;

III - a pedido para outra localidade, independentemente do interesse da Administração:

a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar de qualquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios, fô deslocado no interesse da Administração;

b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial;

c) em virtude de processo seletivo promovido, hipótese em que o número de interessado for superior ao número de vagas, com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.

3. Infere-se desta prescrição legal que o instituto da remoção tem por finalidade compatibilizar os interesses da administração com os interesses do servidor público do quadro, ocupante de cargo efetivo.

4. Considerando que a solicitação contida no Memorando nº 2541/SPU de 13 de dezembro de 2001, tem como destinatário servidor de outro órgão, cedido para o exercício de cargo em comissão, não há que falar em remoção por absoluta falta de amparo legal.

5. É o princípio da legalidade que impõe ao administrador que observe todos os requisitos expressos em lei, como essência do ato vinculado, inclusive com todas as minúcias especificadas. Neste aspecto, a Lei só deixou uma opção, qual seja, que a remoção deve ser aplicada somente nos casos de deslocamentos de servidores pertencentes ao quadro de pessoal.

6. Em suma, tendo em vista não haver sustentação legal para a concretização do ato solicitado pela Secretaria do Patrimônio da União, corrobora-se com o entendimento formalizado pela Divisão de Legislação Aplicada da Coordenação Geral de Recursos Humanos/MP.

7. Com estes esclarecimentos, submetemos o assunto à apreciação da Senhora Coordenadora Geral de Sistematização e Aplicação da Legislação-SRH/MP.

Brasília, 21 de janeiro de 2002.

OTÁVIO CORRÊA PAES

Mat. SIAPE nº 0659605

LOURDES ELIZABETH BRAGA DE ARAÚJO

Chefe da DIORC

De acordo. Restitua-se o presente processo a Coordenação Geral de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MP, informando da impossibilidade do atendimento do pleito, tendo em vista não haver amparo legal.

Brasília, 21 de janeiro de 2002

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO

Coordenadora Geral de Sistematização e Aplicação da Legislação-SRH/MP